



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 1883/2015**

**PROCESSO Nº 0007178-51.2014.4.01.3813**

**ORIGEM: 2ª VARA FEDERAL DE GOVERNADOR VALADARES/MG**

**PROCURADOR OFICIANTE: BRUNO COSTA MAGALHÃES**

**RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ**

**INQUÉRITO POLICIAL. CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334-A). ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE AOS CASOS DE IMPORTAÇÕES SUPERIORES A 40 MAÇOS. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI Nº 9.532/97. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de contrabando de cigarros, previsto no art. 334-A do Código Penal, em razão da apreensão de 85 (oitenta e cinco) pacotes de cigarro de origem estrangeira durante abordagem em barreira policial.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito com suporte no princípio da insignificância, considerando que o valor sonegado seria de R\$ 1.275,00 (mil duzentos e setenta e cinco reais), valor abaixo do instituído pela Portaria MF nº 75, de 22/03/12.

3. O Juiz Federal, por sua vez, discordou do arquivamento por considerar inaplicável o princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros.

4. A natureza dos produtos (cigarros) introduzidos irregularmente no país impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do dever de rígido controle em sua comercialização no território nacional.

5. Este Colegiado vem decidindo que as importações de até 40 maços de cigarro possibilitam, excepcionalmente, a aplicação do princípio da insignificância. Já nas importações superiores a este patamar não há que se falar em conduta insignificante.

6. Arquivamento inadequado.

7. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar a ocorrência do crime de contrabando de cigarros, previsto no art. 334-A do Código Penal, em razão da apreensão de 85 pacotes de cigarro (fl. 8/8v) de origem estrangeira, que estavam na posse de José Carlos de Sá.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito com suporte no princípio da insignificância, uma vez que o valor sonegado

seria de R\$ 1.275,00 (mil duzentos e setenta e cinco reais), valor abaixo do instituído pela Portaria MF nº 75, de 22/03/12 (fls. 8V).

o Juiz Ronaldo Santos de Oliveira, por sua vez, discordou do arquivamento por considerar inaplicável o princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros (fls. 65/67).

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do artigo 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Esta Câmara tem entendido que a aplicação do princípio da insignificância de conduta para fins penais deve restringir-se a casos excepcionais, em que os bens sejam de pequeno valor econômico e o delito cause danos de baixa lesividade ao bem jurídico protegido pelo direito penal.

No caso em exame, a natureza do produto importado ilicitamente – cigarro – impõe maior rigor na adoção do *princípio da insignificância*, uma vez que o cigarro tem efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, deve ser rígido o controle de sua comercialização no território nacional.

Este Colegiado vem decidindo que as importações de até 40 maços de cigarro possibilitam a aplicação do princípio da insignificância. Já nas importações superiores a este patamar não há que se falar em conduta insignificante.

Há que se ponderar o caráter comercial da conduta dos investigados. Não há como ser considerada irrelevante a conduta de quem introduz clandestinamente no país mais de 110 pacotes de cigarro para ilegal comercialização.

O *caput* do art. 334-A do Código Penal prevê as condutas de importar ou exportar mercadoria proibida. Portanto, a ação de iludir o fisco não é elementar do tipo de contrabando.

Em se tratando de internalização de cigarros de fabricação estrangeira e de importação destinada ao comércio, o importador deve atender às exigências previstas nos arts. 45 a 54 da Lei nº 9.532/97, que dispõem, *in verbis*:

*“Art. 45. A importação de cigarros do código 2402.20.00 da TIPI será efetuada com observância do disposto nos arts. 46 a 54 desta Lei, sem prejuízo de outras exigências, inclusive quanto à comercialização do produto, previstas em legislação específica.*

*Art. 46. É vedada a importação de cigarros de marca que não seja comercializada no país de origem.*

*Art. 47. O importador de cigarros deve constituir-se sob a forma de sociedade, sujeitando-se, também, à inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 1977.*

*Art. 48. O importador deverá requerer à Secretaria da Receita Federal o fornecimento dos selos de controle de que trata o art. 46 da Lei nº 4.502, de 1964, devendo, no requerimento, prestar as seguintes informações:*

*I - nome e endereço do fabricante no exterior;*

*II - quantidade de vintenas, marca comercial e características físicas do produto a ser importado;*

*III - preço do fabricante no país de origem, excluídos os tributos incidentes sobre o produto, preço FOB da importação e preço de venda a varejo pelo qual será feita a comercialização do produto no Brasil.*

*[...]*

*Art. 49. A Secretaria da Receita Federal, com base nos dados do Registro Especial, nas informações prestadas pelo importador e nas normas de enquadramento em classes de valor aplicáveis aos produtos de fabricação nacional, deverá:*

*I - se aceito o requerimento, divulgar, por meio do Diário Oficial da União, a identificação do importador, a marca comercial e características do produto, o preço de venda a varejo, a quantidade autorizada de vintenas e o valor unitário e cor dos respectivos selos de controle;*

*II - se não aceito o requerimento, comunicar o fato ao requerente, fundamentando as razões da não aceitação.*

*§ 1º O preço de venda no varejo de cigarro importado de marca que também seja produzida no País não poderá ser inferior àquele praticado pelo fabricante nacional.*

*§ 2º Divulgada a aceitação do requerimento, o importador terá o prazo de quinze dias para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na Receita Federal.*

*§ 3º O importador deverá providenciar a impressão, nos selos de controle, de seu número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC - MF e do preço de venda a varejo dos cigarros.*

*§ 4º Os selos de controle serão remetidos pelo importador ao fabricante no exterior, devendo ser aplicado em cada maço, carteira, ou outro recipiente, que contenha vinte unidades do produto, na mesma forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal para os produtos de fabricação nacional.*

*§ 5º Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o § 2º, fica sem efeito a autorização para a importação.*

*§ 6º O importador terá o prazo de noventa dias a partir da data de fornecimento do selo de controle para efetuar o registro da declaração da importação.”*

Infere-se, dos dispositivos legais supracitados, que, embora a importação de cigarros de fabricação estrangeira e de livre comercialização no país de origem não seja totalmente proibida, as exigências que devem ser atendidas para a realização da operação a tornam mais restrita. Descumpridas tais exigências, configura-se, em tese, o crime de **contrabando**.

No caso em tela, foram apreendidos 85 pacotes de cigarro de origem estrangeira, importados com fins comerciais, sem o devido cumprimento

das exigências legais, pelo que deve ser dado prosseguimento à persecução penal quanto ao crime de contrabando.

Com estas considerações, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado em Minas Gerais para as providências cabíveis, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília/DF, 26 de março de 2015.

**José Adonis Callou de Araújo Sá**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR/MPF